

Vitória dos servidores do TRT e do Sisejufe: tribunal adota jornada de 6 horas



Após intensa campanha e pressão feitas pela categoria e o Sisejufe, os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT) começam o ano de 2009 com uma grande vitória: os funcionários do tribunal passarão a ter jornada de trabalho de 6 horas. O novo expediente entrará em vigor a partir do dia 2 de fevereiro. Determinando o novo horário, a Presidência do TRT publicou no Diário Oficial da União (DOU), do dia 13 de janeiro, o Ato 4/2009, que dispõe sobre o funcionamento de todas as unidades do Tri-

bunal Regional do Trabalho, o horário de atendimento ao público e a jornada de trabalho dos servidores do órgão no estado.

“É uma grande vitória do sindicato já que o Sisejufe foi a entidade que pressionou e peticionou no sentido de reivindicar a redução da jornada para 6 horas diárias, conseguindo agora, em 2009, finalmente esse benefício para os servidores do TRT. Entre outros aspectos, a tendência é que diminuam os casos de doenças laborais, LER/Dort e doenças psicossomáticas que afetam os servidores”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, ressaltando que a entidade fez dois pedidos administrativos à presidência, além de ter sido o pioneiro na organização da campanha e na realização de manifestações em favor da implantação das 6 horas.

No Artigo 6º do Ato 4/2009, o TRT determina que a jornada de trabalho



Ato do Sisejufe e da OAB em frente ao TRT em 25 de junho de 2008

dos servidores do TRT será de 6 horas diárias, com carga horária semanal de 30 horas. Para os servidores da área médica, ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado em Medicina - Clínica Médica, a jornada será de 4 horas diárias, com carga horária semanal de 20 horas.

De acordo com o disposto no inciso II, o Artigo 6º não se aplica aos servi-

dores que, lotados nas unidades de segurança do tribunal (DSEG, SESEG-SEDE, SESEG-LAV e SESEG-INT), forem designados a cumprir escala de plantão.

O ato determina que o horário de funcionamento das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região compreenderá, no mínimo, o período das 8h30min às 17h30min, sendo que o atendimento ao público se dará das 10h às 17h.

Convocação – A Presidência do Tribunal Regional do Trabalho destaca no DOU de 22/12/2008, quando foi publicada a Lei 11.877/2008, que a criação de cargos “no âmbito desta Corte, permitiu o aumento do quadro de pessoal, com a convocação de 379 candidatos aprovados no último concurso público de servidores, estando a posse marcada para os dias 23 e 26 de janeiro do corrente ano”.

Sindicato sempre lutou pela redução

O diretor do sindicato Roberto Ponciano lembra que, embora o texto do ato da presidência do TRT cite uma outra associação, a única entidade sindical que lutou efetivamente pela redução da jornada para 6 horas foi o Sisejufe. Vale lembrar que ao longo do ano passado, inúmeras atividades foram realiza-

das com intuito de pressionar pela adoção das 6 horas. Em fevereiro de 2008, por exemplo, uma assembléia de servidores do TRT decidiu pela realização da Semana de Lutas pela Redução da Jornada.

Durante o período de manifestações, os servidores, em protesto, trabalharam 6 horas nas repartições

do tribunal. Um abaixo-assinado também foi organizado para coletar assinaturas em prol da campanha.

A todo momento, a direção do Sisejufe mostrou à categoria a importância da mobilização, tendo em vista que a luta pela implantação das 6 horas não seria travada apenas no campo jurídico. Para o diretor do

Sisejufe Nilton Pinheiro, as atividades políticas foram fundamentais para a grande conquista dos servidores do TRT.

“A vitória no TRT é muito representativa. O tribunal sempre mostrou resistência. E o tema das 6 horas era prioritário para o sindicato”, avalia Nilton Pinheiro.

LEIA TAMBÉM

Ação contra portaria dos engravatados da Justiça Federal.

Página 2

TRT dá prioridade aos magistrados no pagamento de passivos.

Página 3

Luta pela implantação do Plano de Carreira continua em 2009.

Página 5

Servidores que ganham FCs são obrigados a trabalhar engravatados

Justiça Federal

Direção do Sisejufe vai ajuizar ação contra resolução que exige traje passeio completo

A Direção do Foro da Justiça Federal retornou aos tempos das togas, quando as portas dos tribunais eram baixas, forçando as partes a se abaixarem frente aos juízes. Recente portaria (RJ-PGD-2008/00096), de 17 de dezembro de 2008, obrigou o uso de traje “passeio completo” para os servidores que ganham FC-6, ou acima desse patamar, e traje incompleto para quem é FC-5. É uma medida que não melhora em nada a Justiça, faz com que os servidores gastem di-

nheiro na compra de roupa inútil, se intromete no gosto pessoal e não tem a ver com a melhoria do atendimento, na agilidade, na humanização ou na democratização no Poder Judiciário.

Na avaliação da direção do Sisejufe, não é a roupa que prova a capacidade e a competência do trabalhador. Sugerir uso de terno num calor de 40° C chega a ser desumano, sem contar que a Justiça não paga este gasto extra. As FCs não são “auxílio-

paletó”. Muitos magistrados e magistradas não utilizam o padrão obrigatório ditado pela resolução, até por que sabem que a competência é provada em suas sentenças, não pelas vestimentas.

Discriminatória – A portaria, além de discriminar os servidores e servidoras por local e função de trabalho, tolhe a população do acesso à Justiça, já que impõe regras estéticas para entrar nos prédios. Imaginem o cidadão ou a cidadã que

necessita do Judiciário e não tem um sapato, não poderá utilizar os serviços públicos.

A diretoria do Sisejufe ajuizará ação contra resolução, ainda que com um pé atrás devido ao último julgamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que bateu o martelo sobre a questão da “discricionariedade” de afastar e retirar FCs de servidores doentes. Numa atitude antidemocrática e formalista, o CNJ sugeriu que os magistra-

dos usem toga nos julgamentos! Este não é o caminho da desburocratização, da democratização e nem da humanização da Justiça.

Além das mencionadas medidas judiciais, a diretoria propõe a desobediência civil na luta contra a determinação. Algo como todos trabalhando de camiseta durante um mês em protesto contra o “black tie”. A direção do Sisejufe considera a portaria insensata, discriminadora, ineficaz e antidemocrática.

Eu também quero a minha liteira

Fulgêncio Pedra Branca*

Recebi uma mensagem psicografada do grande Fausto Wolff, na verdade, num centro de mesa branca (sou chique, já fui a terreiro, mas um escritor na minha qualidade tem que evitar ser visto em certos locais) eu recebi o alter ego de Fausto, Nataniel Jebão (**), que era colunista social nesta vida. Nataniel babava de felicidade. – Viu, Fulgêncio, as novas medidas do CNJ e da JF do Rio?

Eu não te falei, este país tem jeito! Logo logo volta a senzala e esta gatinha vai ver seu lugar... Um dia a monarquia volta, você vai ver! Eu não sabia o motivo do orgulho. Aí fui procurar as medidas. O CNJ, órgão criado para “controlar” e “democratizar” o Judiciário sugere o uso de toga pelos juízes.

Na Justiça Federal do Rio, capital da fria Escandinávia, a direção do Foro vai obrigar os funcionários a usar

traje passeio completo. Tudo para melhorar a qualidade do trabalho. Aliás, neste foro também, funcionário que ficar doente é premiado, perde a lotação e o cargo! Bem, eu também, no melhor estilo Nataniel Jebão, com um pezinho na Casa Grande, tenho sugestões.

1. Que todo servidor ao se dirigir ao magistrado tenha que pedir permissão, e caso desobedeça será punido.

2. Que os umbrais das portas de magistrados sejam rebaixados, como na época da colônia, obrigando os servidores, partes e advogados a se abaixarem diante da excelência.

3. Que o tratamento entre os funcionários seja o de senhor, senhora, e o de vossa mercê. Estão abolidos,

com severas punições para os recalcitrantes, o tu, o você, e passível de demissão aquele que chamar o outro de cê!

4. Castigo físico nos interrogatórios, imprescindível que para isto em cada juízo, haja uma tina d'água. O réu que boia é culpado, inocente morre afogado. Castigo igual para servi-

dor que use calça jeans.

5. Haverá uma liteira para os magistrados que queiram ser transportados até sua sala. O elevador privativo será adaptado.

6. Belas mucamas abanarão a excelência nos dias quentes de verão, com servidores servindo sucos e frutas tropicais.

* Fulgêncio é escritor, alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça por falta de coisa mais útil para fazer. **Nataniel Jebão foi uma genial criação do maravilhoso e saudosista Fausto Wolff, que com seu personagem ironizava o preconceito decadente de nossa elite e classe média. Antes que alguém pense que falo sério, o texto acima é uma peça de puro sarcasmo e humor, como só poderia ser diante de tais “medidas”.



SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejufe.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro. **EDIÇÃO:** Max Leone.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8 mil exemplares.
Gráfica Minister

TRT privilegia novamente magistrados e deixa servidores mais revoltados

Justiça do Trabalho Direção do sindicato exige prioridade no pagamento de passivos dos servidores do tribunal

Foto: Henri Figueiredo

E mais uma vez a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT) deixou de lado os servidores do órgão. Como já havia feito em situações anteriores, o tribunal deu preferência aos magistrados no pagamento de passivos. De acordo com o diretor do Sisejufe Nilton Pinheiro, no final do ano passado o TRT pagou migalhas ao funcionalismo e direcionou valores infinitamente superiores para os juízes, referentes aos atrasados de Adicional de Tempo de Serviço (ATS).

Sem perder tempo, a direção do sindicato protocolou, em dezembro, um novo ofício exigindo o pagamento prioritário das dívidas dos servidores do tribunal. A entidade já encaminhara um outro documento à então presidente do TRT, desembargadora Doris Castro Neves, em

30 de julho de 2008, com o mesmo teor.

“Isso mostra que a administração do TRT não está comprometida com suas próprias palavras, visto que no dia 17 de dezembro publicou na intranet do tribunal, que não iria pagar os juízes por determinação do CSJT”, afirma Pinheiro, ressaltando que em 19 de dezembro, ocorreu uma reunião extraordinária do Órgão Especial no TRT, sendo que o último encontro do ano já havia ocorrido. Nela, um dos temas tratados foi o pagamento dos juízes, resultando na liberação de valores altíssimos para os magistrados em detrimento dos servidores.

O dirigente do Sisejufe lembra que a nota da intranet dizia: ‘Expediente encaminhado à desembargadora Doris Castro Neves, presi-

dente do TRT/RJ, informa que deverá ser sobrestado, até ulterior deliberação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço devido aos magistrados’.

Descumprimento – Para Nilton Pinheiro, novamente a presidente do TRT não cumpriu com o que disse aos diretores do sindicato, no dia 11 de setembro de 2007. Na ocasião, ela informou que não pagaria os passivos por falta de orçamento. No entanto, em julho de 2008 creditou exclusivamente para os juízes, e em dezembro repetiu a dose, privilegiando os magistrados com o pagamento dos passivos de Adicional de Tempo de Serviço.

A iniciativa da administração do TRT provocou



Nilton Pinheiro: “A administração do TRT não mantém seus compromissos”

grande revolta entre os servidores do órgão. Desta forma, a direção do Sisejufe convoca os funcionários do tribunal para permanecerem mobilizados a fim de pressionar a presidência para que

pare de privilegiar os juízes. Vale lembrar que todas as repartições federais do Rio já pagaram o passivo e, com exceção da Justiça do Trabalho, já estão em fase final de pagamento de juros.

Ação para impedir perdas salariais de oficiais de justiça avaliadores

Para impedir que os oficiais de justiça avaliadores sindicalizados tenham perdas salariais, a direção do Sisejufe, por meio do seu Departamento Jurídico, ajuizou ação no final do ano passado, em favor desses servidores devido à integralização da GAE que valerá a partir de 1º de dezembro de 2008. A medida está prevista na Lei 11.416/2006. O sindicato entrou com processo e fez pedido de tutela antecipada. O número da ação é 2008.34.00.039798-9 e foi distribuída em regime de urgência para tramitar na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Restabelecer valor – Na avaliação da diretoria do Sisejufe, o objetivo do processo é, ao menos, restabelecer o valor da FC-5, enquanto ela for maior do que a GAE (A-1

até C-12). No entanto, nos pedidos principais, além dessas questões, foi incluída como primeira reivindicação a sucessiva interpretação extensiva da Lei 11.416 para que a GAE seja calculada no percentual de 35% sobre o maior vencimento básico da carreira (C-15).

De acordo com a Assessoria Jurídica do sindicato, diversos fundamentos foram usados na ação, entre eles, os dos princípios da isonomia, impessoalidade e irredutibilidade remuneratória, bem como outros precedentes administrativos e judiciais que reconheceram a possibilidade da administração dos órgãos do Poder Judiciário da União efetuarem a correção de equívocos remuneratórios, a partir de decisões que reinterpretem a lei e resguardam a remuneração dos servidores.

Sisejufe pede a suspensão da cobrança do IR sobre auxílio-creche

A direção do Sisejufe está contestando na Justiça a cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre o pagamento do auxílio-creche que os servidores sindicalizados recebem. Por meio do Departamento Jurídico, a entidade ajuizou ação com pedido de tutela antecipada contra o desconto incidente no benefício pago aos funcionários que mantêm filhos em creches. O processo tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal sob o número 2008.34.00.040300-9.

O Sisejufe pede a suspensão imediata da cobrança do tributo e a devolução dos valores descontados dos servidores nos últimos dez anos. De acordo com o Jurídico do Sisejufe, somente a partir da Lei Complementar 118/2005 o prazo prescricional foi reduzido para cinco anos. Todo servidor filiado ao Si-

sejufe que recebe ou recebeu o auxílio-creche em pecúnia nos últimos dez anos poderá ser beneficiado pela demanda, cuja tutela antecipada será analisada após o recesso do Judiciário. Segundo o assessor jurídico do Sisejufe, o advogado Rudi Cassel, tutelas antecipadas já foram concedidas a outras entidades como o Sindjus/DF, Sinjufego, e mais recentemente para o Sinje/CE.

Na avaliação do assessor, essa tem sido uma tendência do Seção Judiciária do Distrito Federal, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, aumentam as chances do Sisejufe também conseguir a tutela antecipada ainda este mês, com a suspensão imediata dos descontos, que alcançam até 27,5% do auxílio.

CUT continua na luta contra cobrança do imposto sindical dos servidores

Funcionalismo

Max Leone*

No seminário realizado pela Central Única do Trabalhadores (CUT) e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) no dia 17 de dezembro, em Brasília, ficou decidido que será criada uma comissão para discutir a questão da cobrança do imposto sindical sobre os salários dos servidores. De acordo com Lúcia Reis, diretora da Executiva Nacional da CUT, a idéia é convocar outras centrais para participarem da formação dessa comissão.

O próximo passo do movimento contra a instituição do imposto sindical para o funcionalismo público é tentar agendar uma nova reunião com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no começo de 2009. O objetivo é convencer Lupi e o go-

CUT convocará outras centrais para participarem dos debates sobre o assunto



Foto: Guina

Logo depois da 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, em Brasília, a CUT foi a única a promover manifestação contra a cobrança do imposto sindical

verno federal a voltarem atrás na implementação da Instrução Normativa (IN) que instituiu a cobrança do imposto.

Questionamento – “Nós questionamos como o governo vai fazer o repasse e para quem vai fazer o repasse dos recursos arrecada-

dos com o imposto. Das mais de duas mil entidades sindicais representativas dos servidores, somente 400 têm registro sindical. Como o Ministério do Trabalho vai controlar o repasse?”, indaga Lúcia Reis, ressaltando que a CUT defende uma contribuição negocial que, para

ser cobrada, deve ser aprovada em assembléias de trabalhadores.

Manifestação – No dia 3 de dezembro, a central organizou um ato com cerca de 1.500 manifestantes em frente ao Ministério do Trabalho, em Brasília, em pro-

testo contra a cobrança do imposto sindical. A manifestação ocorreu logo após a 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora. A CUT foi a única entidade a promover o evento contra a cobrança compulsória.

* Da Redação

Sisejufe repudia violência da PM durante ato contra leilão do petróleo

Uma manifestação da campanha “O Petróleo Tem que ser nosso”, em protesto contra a 10ª Rodada de Licitação do Petróleo, no Centro do Rio, no dia 18 de dezembro do ano passado, terminou com 50 pessoas feridas e outras três detidas pela Polícia Militar. O Sisejufe e a CUT-RJ repudiam o modo truculento com o qual a PM e a Guarda Municipal do Rio trataram o movimento sindical e social durante o protesto democrático. O ato foi convocado pelo Fórum Nacional contra a Privatização do Petróleo e do Gás, que reúne dezenas de entidades.

Depois de receberem uma ordem de despejo, em 17 de dezembro, para desocupar a sede da Petrobras, no Rio, os manifestantes – cerca de 500 pessoas – dirigiram-se para a Candelária, perto da Agência Nacional do Petróleo (ANP), responsável pela realização dos leilões. Em seguida, a manifestação continuou pela Avenida Rio Branco, em direção à Cinelândia.

A violenta reação surpreendeu os manifestantes que foram espancados durante toda a caminhada pela Rio Branco. Participavam da manifestação no Rio – que fez

parte da jornada de lutas pela suspensão do leilão do petróleo, iniciada no fim do ano passado e que levou à ocupação do Ministério das Minas e Energia, em Brasília, pela Via Campesina – petroleiros representantes de dezenas de entidades que compõem o Fórum, dentre as quais: Sindipetro-RJ, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), CUT, a Federação Única dos Petroleiros (FUP). O Sisejufe também marcou presença na manifestação. (Com informações da Agência Petroleira de Notícias)

Central condena a iniciativa de instaurar a CPI do aborto

A notícia de que a Câmara Federal vai instaurar uma “Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Aborto” deixou o movimento sindical indignado. Segundo a direção nacional da CUT, há poucos meses, na Comissão de Seguridade Social e Família da Casa, os mesmos parlamentares que apresentam o requerimento para instauração da CPI, se negaram em aprofundar o debate a respeito do tema.

Eles organizaram a votação que derrotou na comissão, o Projeto de Lei que propunha a descriminalização do aborto (PL 1.135/1991). Segundo a CUT, para

além das 400 mil mortes anuais e dos inúmeros atendimentos realizados pelo SUS em decorrência de abortos mal sucedidos, a criminalização das mulheres, que estão tendo suas vidas devastadas pela ação do Poder Judiciário, constituem base material para que o Estado realize profunda reflexão sobre o papel que deveria cumprir na vida das mulheres.

A central sugere que seja realizado diagnóstico dos sistemas de saúde, educação e previdência, para entender porque a maioria das mulheres brasileiras não tem condições de decidir ou planejar uma gravidez.

Em 2009, a luta pela implantação continua

Plano de Carreira GT vai sistematizar propostas para entregar à Comissão Interdisciplinar do Supremo

A luta pela implantação de um Plano de Carreira para os servidores do Judiciário Federal continuará intensa em 2009. A categoria, em todo o país, dará prosseguimento a um ciclo iniciado em setembro de 2007, quando ocorreu o 1º Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal, no Rio, realizado pelo Sisejufe. No dia 20 de janeiro, em reunião em Brasília, o Grupo de Trabalho (GT) da Fenajufe aprovou a contratação de uma assessoria técnica para formatar as propostas do funcionalismo aprovadas na reunião ampliada da federação no final de novembro, segundo informou José Carlos Oliveira, membro do GT. A ideia é apresentar um anteprojeto de lei à Comissão Interdisciplinar do Supremo Tribunal Federal (STF).

"É importante manter a mobilização da categoria para que em 2009 possamos dar sequência à luta pelo nosso Plano de Carreira. E os servidores do Rio, juntamente

com o Sisejufe, estarão à frente das discussões, manifestações e de tudo o que for possível fazer para que possamos atingir nosso objetivo", afirma Valter Nogueira Alves, diretor do Sisejufe e coordenador da Fenajufe.

Esforço – Todo esforço e atenção das entidades sindicais e dos servidores do Judiciário Federal precisam estar voltados para as discussões e as negociações que envolverão o assunto ao longo do ano. Após duas reuniões em janeiro deste ano, representantes dos funcionários no GT da Fenajufe, entre eles Roberto Policarpo, Ramiro López, Jacqueline Albuquerque, José Oliveira, Moraes Júnior, Débora Mansur e Démerson Dias, continuarão debruçados sobre as propostas para elaborar o documento a ser apresentado à comissão.

O objetivo é apresentar um esboço da sistematização das propostas na reunião ampliada da Fenajufe, onde

participaram 27 sindicatos filiados à federação, representados por 173 militantes.

Entre as propostas aprovadas podem ser destacadas a manutenção dos níveis de acesso à carreira de forma horizontal, a exclusividade das funções comissionadas para os servidores do quadro, a redução do número de FCs e a carreira única. A próxima reunião da Comissão Interdisciplinar do STF será dia 3 de fevereiro.

Depois da largada em 2007, com o 1º Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal, no Rio, a categoria intensificou os debates em todo o país no ano passado. Além da reunião ampliada da Fenajufe, foram realizados outros dois grandes encontros nacionais e inúmeras atividades regionais, nas capitais e no interior dos estados. Mantendo o pioneirismo frente às lutas dos servidores, o Sisejufe realizou o Encontro Estadual sobre Pla-



O diretor do Sisejufe ressalta a importância da mobilização dos servidores

Valter Nogueira Alves: "É importante manter a mobilização da categoria para que em 2009 possamos dar sequência à luta pelo nosso Plano de Carreira. Os servidores do Rio, juntamente com o Sisejufe, estarão à frente das discussões, manifestações e de tudo o que for possível fazer para atingirmos o objetivo".

no de Carreira nos dias 14 e 15 de novembro do ano passado. "Os servidores do Judiciário Federal no Rio

mostraram sua força na realização dos eventos", ressalta o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves.

Sindicato ajuíza ação para cômputo do tempo de serviço

O Departamento Jurídico do Sisejufe protocolou um processo no dia 10 de dezembro pedindo a declaração do direito à averbação e cômputo do tempo de serviço para todos os servidores filiados. Na petição, o sindicato reivindica os efeitos legais, estatutários e previdenciários, do tempo de serviço prestado às empresas públicas e às sociedades de economia mista, independente do ente federativo a que pertencam, bem como em cargos efetivos

distritais, estaduais ou municipais, inclusive para contagem do adicional por tempo de serviço, da licença-prêmio e dos efeitos da contagem de 20 ou 25 anos de serviço público previsto nas Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005.

Na avaliação da direção do Sisejufe, a medida se justifica pelas restrições que violam a isonomia entre os diversos tempos que são considerados públicos. Para o sindicato, o objetivo do

Artigo 100 da Lei 8.112/1990 deve ser reinterpretado para assegurar o pleno aproveitamento de qualquer tempo de empresa pública e sociedade de economia mista, além dos períodos em que o atual servidor do Poder Judiciário da União ocupou cargo estatutário ou emprego público no Distrito Federal, estados ou municípios. A ação foi ajuizada pela entidade na Seção Judiciária do Distrito Federal e tem o número 2008.34.00.039370-7.

Aprovados no concurso do TRT: fiquem atentos à convocação!

Os aprovados no concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT) devem ficar atentos. A direção do órgão informou que é preciso providenciar a documentação e fazer os exames exigidos para uma possível nomeação. Com a recente aprovação do PL 2.550/2003, que cria cargos no TRT, há uma grande possibilidade de sanção e publicação da nova lei que permitirá a contratação dos novos servidores.

O TRT ressaltou ainda que "em hipótese alguma será aceita documentação incom-

pleta na data marcada" a ser divulgada pelo tribunal.

Os exames deverão ser entregues à Divisão Médica. Caso o candidato já tenha feito algum, a validade é de seis meses, excetuando-se os de RX Tórax PA, colpocitopatologia e mamografia, cujas validades são de um ano. Se tiver xerox de laudos, pode levar. As providências devem tomadas pelos convocados no período antes da data da posse. Mais informações na Divisão de Recrutamento e Avaliação (Drav) pelos telefones (21) 3907-6631/6632/6633/6634.

Diretoria do Sisejufe presta contas aos sindicalizados

Nas últimas eleições sindicais foram eleitos, além da diretoria do Sisejufe, os representantes de base que compõem o Conselho de Representantes. No dia 3 de outubro de 2008, houve uma reunião para escolher o Conselho Fiscal, conforme prevê o estatuto do Si-

sejufe. Foram designados para desempenhar a função os servidores David Gonçalves Soares (TRE/Sede), Maurício Martins (JF/Angra dos Reis) e Francisco Costa de Souza (TRE/Aposentado).

Pelo estatuto, o Conselho Fiscal tem como atribuição

examinar e decidir sobre os balancetes trimestrais da diretoria, os balanços anuais e da proposta orçamentária da entidade, que depois será submetida à assembléia geral da categoria, sempre realizada no mês de março. Conforme deliberado no encontro do Conselho de Re-

presentes, as reuniões ordinárias serão nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e em caso de necessidade serão convocadas reuniões extraordinárias. Os membros do Conselho Fiscal deverão se reunir ainda em janeiro para avaliar os últimos balancetes.

Nesta edição do Contraponto, a direção do sindicato apresenta mais três meses de balancetes financeiros da entidade, referentes a julho, agosto e setembro de 2008. Na próxima edição, serão publicados os demais, fechando o exercício do ano de 2008.

Balancete de verificação

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Levantamento em 31 de julho de 2008

Exercício: 2008

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE		RECEITA BRUTA OPERACIONAL			
CAIXA		DÉBITOS SOCIAIS		RECEITA		CORREIOS E MALOTES	7.884,300
CAIXA	1.047,000	INSS A RECOLHER	1.121,19C	MENSALIDADES ASSOCIADOS	166.564,82C	CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	617,320
TOTAL DA CONTA	1.047,000	TOTAL DA CONTA	1.121,19C	RECEITAS DIVERSAS	19.288,78C	REVISTAS/JORNAIS E PUBLICAÇÕES	3.502,160
BANCOS CONTA MOVIMENTO		DÉBITOS FISCAIS		TOTAL DAS RECEITAS	185.853,60C	LANCHES E REFEIÇÕES	6.588,090
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,770	IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	1.113,74C	DESPESAS DO EXERCÍCIO		MATERIAL DE ESCRITÓRIO	5.887,120
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,510	IR.FONTE A RECOLHER S/SALARIO	1.857,79C	DESPESAS GERAIS		DESPESAS COM INTERNET	3.050,800
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	71.899,980	TOTAL DA CONTA	2.971,53C	DESPESAS C/ PESSOAL		CURSOS E SEMINÁRIOS	6.508,000
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	172.054,650	OUTROS DÉBITOS		SALÁRIOS	24.368,210	DESPESAS COM PANFLETAGEM	1.975,000
TOTAL DA CONTA	246.030,910	SALÁRIOS A PAGAR	781,68C	INSS	6.920,460	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	143,910
ESTOQUES		FÉRIAS A PAGAR	4.075,80C	FGTS	2.145,820	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.145,000
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7.026,600	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	105,18C	VALE TRANSPORTE	1.720,910	EVENTOS	21.268,000
MERCADORIAS DE INFORMÁTICA PARA BENEFIC	1.694,660	MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	19,18C	ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	152,200	TV POR ASSINATURA	420,360
TOTAL DA CONTA	8.721,260	ADIANTAMENTOS	42.024,450	HORA EXTRA	2.487,200	CONDOMÍNIO	5.591,980
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	255.799,170	13º SALÁRIO A PAGAR	2.981,86C	FÉRIAS	2.930,450	DESPESAS COM CARTÓRIOS	194,180
ATIVO PERMANENTE		CONTAS A PAGAR	4.028,05C	TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	40.725,250	ALUGUEL DE CARRO DE SOM	180,000
IMOBILIZADO		ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR	2.148,45C	DESPESAS GERAIS		ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	1.245,000
INSTALAÇÕES	259.589,850	TOTAL DA CONTA	27.884,250	ENERGIA ELÉTRICA	1.893,750	DESPESAS COM FARMÁCIA	12,440
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	45.755,190	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	23.791,530	CUT	7.321,520	DESPESAS COM OBRA	16.664,970
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.549,220	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA FENAJUFE	24.627,920	DESPESAS GERAIS	805,470
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	84.474,930	CAPITAL SOCIAL	75.726,70C	CONTADOR JUDICIAL	1.998,000	MANUTENÇÃO DO IMÓVEL	356,560
IMÓVEIS	492.844,540	CAPITAL SOCIAL	75.726,70C	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	6.148,160	TOTAL DESPESAS GERAIS	195.742,790
VEÍCULOS	69.239,050	TOTAL DA CONTA	75.726,70C	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	6.850,000	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	15.586,500	SUPERAVIT ACUMULADO		SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	12.231,460	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	268,520
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,000	SUPERAVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	812.564,10C	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	8.336,760	CUSTAS JUDICIAS	26,700
CELULARES APAR. ELETRONICOS	1.747,000	SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO DE 2007	257.788,98C	DESPESAS COM VIAGENS	8.752,940	TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	295,220
TOTAL DA CONTA	1.062.157,280	SUPERAVIT – JANEIRO DE 2008	52.020,64C	DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	249,700	DESPESAS FINANCEIRAS	
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.062.157,280	SUPERAVIT – FEVEREIRO DE 2008	43.554,73C	DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	271,600	DESPESAS BANCÁRIAS	81,440
ATIVO DIFERIDO		SUPERAVIT – MARÇO DE 2008	8.174,03C	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	250,860	TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	81,440
DIFERIDO		SUPERAVIT – ABRIL DE 2008	6.794,26C	DESPESAS COM INFORMÁTICA	39,000	TOTAL DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	236.844,700
DIFERIDO	91.392,85C	SUPERAVIT – MAIO DE 2008	44.607,71C	DESPESAS COM GRÁFICA	18.436,000	APURAÇÃO DE RESULTADO	
TOTAL DA CONTA	91.392,85C	SUPERAVIT – JUNHO DE 2008	115,08C	DESPESAS COM TÁXI	6.391,900	RESULTADO DO PERÍODO	
TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	91.392,85C	DEFICIT – JULHO DE 2008	50.991,100	TELEFONE	14.678,240	DEFICIT DO EXERCÍCIO	50.991,100
TOTAL DO ATIVO	1.226.563,600	TOTAL DA CONTA	1.174.628,43C				
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.250.355,13C				
		TOTAL DO PASSIVO	1.226.563,60C				

Balancete de verificação

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Levantamento em 31 de agosto de 2008

Exercício: 2008

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE		RECEITA BRUTA OPERACIONAL			
CAIXA		DÉBITOS SOCIAIS		RECEITA		CORREIOS E MALOTES	6.070,650
CAIXA	1.047,000	INSS A RECOLHER	10.467,28C	MENSALIDADES ASSOCIADOS	192.280,87C	CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	2.361,510
TOTAL DA CONTA	1.047,000	FGTS A RECOLHER	2.289,13C	RECEITAS DIVERSAS	20.159,17C	REVISTAS/JORNAIS E PUBLICAÇÕES	1.299,270
BANCOS CONTA MOVIMENTO		TOTAL DA CONTA	12.756,41C	TOTAL DAS RECEITAS	212.440,04C	LANCHES E REFEIÇÕES	1.637,940
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,770	DÉBITOS FISCAIS		DESPESAS DO EXERCÍCIO		MATERIAL DE ESCRITÓRIO	6.450,420
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,510	IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	1.113,74C	DESPESAS GERAIS		DESPESAS COM INTERNET	33,720
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	92.974,790	IR.FONTE A RECOLHER S/SALARIO	3.091,79C	DESPESAS C/ PESSOAL		CURSOS E SEMINÁRIOS	2.170,000
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	172.054,650	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	280,22C	SALÁRIOS	25.494,730	DESPESAS COM PANFLETAGEM	850,000
TOTAL DA CONTA	267.105,720	TOTAL DA CONTA	4.485,75C	INSS	7.382,440	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	241,020
ESTOQUES		OUTROS DÉBITOS		FGTS	2.289,130	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	550,000
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7.026,600	SALÁRIOS A PAGAR	1.815,32C	VALE TRANSPORTE	408,63C	EVENTOS	9.019,590
MERCADORIAS DE INFORMÁTICA PARA BENEFIC	1.694,660	FÉRIAS A PAGAR	4.655,000	ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	34,22C	TV POR ASSINATURA	300,000
TOTAL DA CONTA	8.721,260	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	115,91C	HORA EXTRA	3.980,210	DESPESAS COM CARTÓRIOS	194,180
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	276.873,980	MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	19,18C	TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	38.703,660	DESPESAS COM CARTÓRIOS	194,180
ATIVO PERMANENTE		ADIANTAMENTOS	28.026,420	DESPESAS GERAIS		APOIO	1.000,000
IMOBILIZADO		13º SALÁRIO A PAGAR	2.981,86C	ENERGIA ELÉTRICA	2.253,840	ALUGUEL DE CARRO DE SOM	22.648,000
INSTALAÇÕES	259.589,850	CONTAS A PAGAR	4.028,05C	CUT	3.772,540	ASSISTENCIA CONTÁBIL	622,500
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	45.755,190	ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR	2.148,45C	CONTADOR JUDICIAL	999,000	DESPESAS COM FARMÁCIA	99,900
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.549,220	TOTAL DA CONTA	21.572,650	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	6.242,010	DESPESAS ELEIÇÕES	21.320,000
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	84.601,700	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	4.330,490	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	1.085,000	DESPESAS GERAIS	498,000
IMÓVEIS	492.844,540	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	12.231,460	MANUTENÇÃO DO IMÓVEL	356,560
VEÍCULOS	69.239,050	CAPITAL SOCIAL	75.726,70C	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	7.925,580	SEGURO	557,060
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	15.586,500	CAPITAL SOCIAL	75.726,70C	DESPESAS COM VIAGENS	22.674,100	TOTAL DESPESAS GERAIS	171.354,970
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,000	TOTAL DA CONTA	75.726,70C	DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	251,940	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
CELULARES APAR. ELETRONICOS	1.747,000	SUPERAVIT ACUMULADO		DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	374,000	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	280,220
TOTAL DA CONTA	1.062.284,050	SUPERAVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	812.564,10C	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	363,190	TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	280,220
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.062.284,050	SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO DE 2007	257.788,98C	DESPESAS COM INFORMÁTICA	648,500	DESPESAS FINANCEIRAS	
ATIVO DIFERIDO		SUPERAVIT – JANEIRO DE 2008	52.020,64C	DESPESAS COM TÁXI	10.558,110	DESPESAS BANCÁRIAS	204,640
DIFERIDO		SUPERAVIT – FEVEREIRO DE 2008	43.554,73C	TELEFONE	15.429,380	MULTAS E MORA FISCAL	156,010
DIFERIDO	91.392,85C	SUPERAVIT – MARÇO DE 2008	8.174,03C			TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	360,650
TOTAL DA CONTA	91.392,85C	SUPERAVIT – ABRIL DE 2008	6.794,26C			TOTAL DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	210.699,500
TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	91.392,85C	SUPERAVIT – MAIO DE 2008	44.607,71C			APURAÇÃO DE RESULTADO	
TOTAL DO ATIVO	1.247.765,180	SUPERAVIT – JUNHO DE 2008	115,08C			RESULTADO DO PERÍODO	
		DEFICIT – JULHO DE 2008	50.991,100			SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	1.740,54C
		SUPERAVIT – AGOSTO DE 2008	1.740,54C				
		TOTAL DA CONTA	1.176.368,97C				
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.252.095,67C				
		TOTAL DO PASSIVO	1.247.765,18C				

Balancete de verificação

Exercício: 2008

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Levantamento em 30 de setembro de 2008

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE		RECEITA BRUTA OPERACIONAL		CORREIOS E MALOTES	
CAIXA		DÉBITOS SOCIAIS		RECEITA		CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	9.305,05D
CAIXA	1.047,00D	INSS A RECOLHER	151,20C	MENSALIDADES ASSOCIADOS	187.404,05C	REVISTAS/JORNAIS E PUBLICAÇÕES	16,00D
TOTAL DA CONTA	1.047,00D	TOTAL DA CONTA	151,20C	RECEITAS DIVERSAS	16.010,12C	LANCHES E REFEIÇÕES	3.475,72D
BANCOS CONTA MOVIMENTO		DÉBITOS FISCAIS		TOTAL DAS RECEITAS	203.414,17C	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.012,82D
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,77D	IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	1.113,74C	DESPESAS DO EXERCÍCIO		DESPESAS COM INTERNET	3.731,70D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,51D	IR.FONTE A RECOLHER S/SALÁRIO	1.891,48C	DESPESAS GERAIS		CURSOS E SEMINÁRIOS	5.430,00D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	70.081,43D	TOTAL DA CONTA	3.005,22C	DESPESAS C/ PESSOAL		DESPESAS COM PANFLETAGEM	1.210,00D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	172.054,65D	OUTROS DÉBITOS		SALÁRIOS	21.675,96D	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	40,00D
TOTAL DA CONTA	244.212,36D	SALÁRIOS A PAGAR	4.107,59C	FÉRIAS	8.352,82D	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	550,00D
ESTOQUES		FÉRIAS A PAGAR	1.905,75D	INSS	6.994,13D	EVENTOS	6.894,00D
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	9.526,60D	RESCISÕES A PAGAR	172,16C	FGTS	2.464,89D	TV POR ASSINATURA	206,80D
MERCADORIAS DE INFORMÁTICA PARA BENEFIC	1.694,66D	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	126,64C	VALE TRANSPORTE	2.671,24D	DESPESAS COM CARTÓRIOS	4,24D
TOTAL DA CONTA	11.221,26D	MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	19,18D	ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	152,20D	APOIO	750,00D
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	256.480,62D	ADIANTAMENTOS	44.833,04D	HORA EXTRA	1.384,96D	ALUGUEL DE CARRO DE SOM	180,00D
ATIVO PERMANENTE		CONTAS A PAGAR	4.028,05C	TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	43.696,20D	ASSISTENCIA CONTÁBIL	622,50D
IMOBILIZADO		ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR	2.148,45D	DESPESAS GERAIS		MATERIAL DE LIMPEZA	1.004,91D
INSTALAÇÕES	259.589,85D	TOTAL DA CONTA	37.490,12D	ENERGIA ELÉTRICA	1.522,48D	MANUTENÇÃO DO IMÓVEL	435,92D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	50.255,19D	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	34.333,70D	CUT	3.783,27D	SEGURO	553,94D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.549,22D	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		FENAJUFE	29.084,88D	CONDOMÍNIO	4.643,16D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	86.001,70D	CAPITAL SOCIAL		CONTADOR JUDICIAL	999,00D	TOTAL DESPESAS GERAIS	141.895,00D
IMÓVEIS	492.844,54D	CAPITAL SOCIAL	75.726,70C	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	80,00D	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
VEÍCULOS	69.239,05D	TOTAL DA CONTA	75.726,70C	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF (DIAGRAMADOR)	1.936,80D	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	273,01D
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	17.026,50D	SUPERAVIT ACUMULADO		SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	13.864,79D	CUSTAS JUDICIAIS	434,71D
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,00D	SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO ANTERIORES	812.564,10C	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	7.791,76D	TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	707,72D
CELULARES APAR. ELETRONICOS	1.747,00D	SUPERAVIT – JANEIRO DE 2008	257.788,98C	DESPESAS COM VIAGENS	10.349,20D	DESPESAS FINANCEIRAS	
TOTAL DA CONTA	1.069.624,05D	SUPERAVIT – FEVEREIRO DE 2008	52.020,64C	DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	656,00D	DESPESAS BANCÁRIAS	32,89D
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.069.624,05D	SUPERAVIT – MARÇO DE 2008	43.554,73C	DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	59,00D	MULTAS E MORA FISCAL	132,51D
ATIVO DIFERIDO		SUPERAVIT – ABRIL DE 2008	8.174,03C	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	451,59D	TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	165,40D
DIFERIDO		SUPERAVIT – MAIO DE 2008	6.794,26C	DESPESAS COM INFORMÁTICA	1.560,20D	TOTAL DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	186.464,32D
DIFERIDO		SUPERAVIT – JUNHO DE 2008	44.607,71C	DESPESAS COM GRÁFICA	14.820,00D	APURAÇÃO DE RESULTADO	
DIFERIDO		SUPERAVIT – JULHO DE 2008	115,00C	DESPESAS COM TÁXI	5.438,48D	RESULTADO DO PERÍODO	
DIFERIDO		SUPERAVIT – AGOSTO DE 2008	50.991,10D	TELEFONE	8.355,56D	SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	16.949,85C
DIFERIDO		SUPERAVIT – SETEMBRO DE 2008	16.949,85C				
TOTAL DA CONTA	91.392,85C	TOTAL DA CONTA	1.193.318,82C				
TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	91.392,85C	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.269.045,52C				
TOTAL DO ATIVO	1.234.711,82D	TOTAL DO PASSIVO	1.234.711,82C				

Liminar impede descontos das parcelas recebidas de boa-fé

TRE

Servidores aposentados do tribunal não vão mais pagar a contribuição previdenciária

No final do ano passado, a direção do Sisejufe obteve importante vitória na Justiça em favor dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O Departamento Jurídico da entidade conseguiu uma liminar que impede a administração do tribunal de descontar parcelas recebidas

de boa-fé pelos funcionários. Os servidores beneficiados, todos aposentados, haviam conseguido uma liminar em Mandado de Segurança (MS) que lhes deu imunidade de contribuição previdenciária. Assim, deixaram de ter, por aproxima-

damente quatro anos, o desconto de 11% de sobre seus proventos.

Retomando o desconto – No entanto, ao final do MS, a liminar foi cassada e a Justiça determinou a retomada da contribuição previdenciária. Com isso, por

meio de processo administrativo unilateral, a administração do TRE obrigou que esses servidores restituíssem os valores que deixaram de recolher durante o período em que perdurou a liminar, sob pena de verem seus nomes inscritos na dívida ativa.

Por conta dessa imposição, o Departamento Jurídico do Sisejufe ajuizou uma ação visando a inexigibilidade de tais valores, já que foram recebidos de boa-fé pelos servidores. O processo tem o número 2008.34.00.035553-2 e está na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Sindicato faz requerimento contra Portaria 50 da JF

A direção do Sisejufe protocolou, dia 9 de dezembro, um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contra a portaria 50/2008 da Justiça Federal. A parte final do Inciso II do Artigo 9º da portaria prevê a possibilidade de colocar o servidor à disposição, com alteração de lotação ou remoção, que estiver afastado por licença médica superior a 30 dias, seja por licença para tratamento da própria saúde ou e alguém da família.

O Departamento Jurídico do sindicato detectou que o ato do diretor do Foro e do corregedor permanente dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal é inconstitucional e ilegal. Por esse motivo, a entidade deu entrada no PCA no conselho.

Dupla penalização – Para o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, a situação é absurda pelo fato de o servidor terminar duplamente penalizado, ou seja: sofre pelo seu problema de saúde ou de seu familiar, e ainda se vê vítima de uma medida



Roberto Ponciano

arbitrária que lhe coloca à disposição, podendo ser removido para qualquer outra localidade. Após a designação do relator do processo contra a Portaria RJ-PGD-2008/00050, o responsável pela iniciativa será notificado para prestar informações em 15 dias.

CNJ legitima atos 569 do TRT e 800 do TRE

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) analisou dois Processos de Controle Administrativo (PCA) do Sisejufe contra os atos 569/2006 do TRT e 800/2008 do TRE. De acordo com a assessoria jurídica do sindicato no Distrito Federal, que acompanhou a sessão plenária de 16 de dezembro último, os conselheiros do CNJ entenderam que “o administrador detém a discricionariedade para as alterações de lotação, inclusive nas licenças médicas”.

Para a direção do Sisejufe, o conselho interpretou os atos de forma corporati-

vista e corroborando com os administradores que afastam servidores de seus locais de trabalho e cortam as FCs, causando perda salarial, no momento mais delicado para qualquer trabalhador: o da convalescença.

“Este tipo de decisão estimula o assédio moral e deixa os departamentos jurídicos dos sindicatos sem muitos recursos, já que o órgão que devia regulamentar e coibir os abusos das administrações, acaba por assinar embaixo de atos como estes”, repudia Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Novo prazo de adesão ao plano de saúde da Unimed-Rio vai até 15 de fevereiro

Convênio Servidor que optar será beneficiado pela promoção de carência zero até 58 anos de idade

Os servidores do Judiciário Federal do Rio têm mais uma oportunidade para aderir ao convênio médico que o Sisejufe mantém com Unimed-Rio. O prazo para adesões e migrações foram prorrogados até o dia 15 de fevereiro. Quem optar pelo plano de saúde será beneficiado pela promoção de carência zero até 58 anos de idade. A modalidade é direcionada para os servidores que estão vindo de plano de saúde similar.

Com esse prazo, os servidores das Justiças Federais no estado te-

rão cobertura a partir de 1º de março de 2009. Para fazer a adesão ou a migração, o interessado deve se dirigir, de segunda à sexta, na Rua da Assembléia, 77 – 17º andar – Centro. O horário de atendimento é de 8h30m às 17h30m. Mais informações pelo telefones: Rio de Janeiro (21) 2158-0580. Demais localidades: 0800-247838.

Inclusão no reembolso do auxílio-saúde – Para ter direito ao reembolso do auxílio-saúde ainda referente ao mês de janeiro, os servidores têm que fazer a inscrição nas

administrações dos tribunais até o dia 20 de fevereiro. Somente fará jus ao ressarcimento, o beneficiário que não receber auxílio semelhante e nem participar de outro programa de assistência à saúde do servidor, custeado pelos cofres públicos, ainda que em parte.

Poderão ser beneficiários do auxílio, como titulares: magistrados e servidores ativos e inativos, incluídos os cedidos e ocupantes apenas de cargo comissionado no conselho e órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; pensionis-

tas estatutários. Como dependente dos titulares: o cônjuge, o companheiro ou companheira de união estável; a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, que perceba pensão alimentícia; os filhos e enteados, solteiros, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; os filhos e enteados, entre 21 e 24 anos de idade, dependentes econômicos do magistrado ou servidor e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação; e o menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial.

Sindicato intercede para consignação de financiamento imobiliário na Caixa

O Sisejufe oficiou, em janeiro, o TRE, o TRT e o TRF a respeito do acordo firmado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para consignação de financiamento imobiliário na folha de pagamento dos servidores públicos federais.

A direção do Sisejufe lembrou aos desembargadores presidentes dos tribunais federais que o TRF da 3ª Re-

gião já realizou convênio com a CEF nos mesmos moldes que pretende o sindicato.

A CEF anunciou R\$ 10 bilhões para crédito consignado em 2009 e se comprometeu a manter inalterados taxa de juros e prazo de pagamento. O valor representa alta de 25% sobre os R\$ 8 bilhões destinados a essa modalidade de crédito em 2008. O convênio para atender ao funcionalis-

mo reformula um acordo existente desde 2003. O novo plano prevê taxas de juros entre 8,9% a 11,5% ao ano, mais variação da Taxa Referencial (TR), enquanto nos demais planos da instituição, em média, as taxas são de 11% mais TR. Não haverá limite para o valor do imóvel a ser financiado. Será analisada só a capacidade de pagamento do comprador, que pode possuir outro imóvel em seu nome. (Da Redação, com informações do MPOG.)

ERRATA

Na edição passada (Contra-ponto nº 14 página 3) publicamos uma informação incorreta. Na matéria intitulada “No Judiciário Federal, servidores têm plano de cargo mas não de carreira”, onde se lê “Servidores como Rômulo e Darlei Salvio (ambos analistas judiciários) manifestaram-se contra a possibilidade de ascensão de técnicos a analistas”, o correto é: “Servidores como Rômulo e Darlei Salvio (ambos analistas judiciários) manifestaram preocupação com a possibilidade de ascensão de técnicos a analistas.”

Conferência Estadual da CSD

A abertura da Conferência Estadual da CSD, uma das correntes políticas cutistas, está marcada para o dia 6 de fevereiro. Na ocasião ocorrerá o debate “Os Trabalhadores e o Novo Cenário Econômico: A CUT frente à crise”. Participam do evento, a economista Maria da Conceição Tavares, que abordará o tema Crise Econômica Mundial e o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que debaterá os Princípios CUTistas e os desafios atuais. O encontro acontecerá das 18h às 22h, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, que fica na Avenida Presidente Vargas 502, no 21º andar, no Centro do Rio.

14º BOTEQUIM DO SISEJUFÉ
apresenta
Baile pré-carnavalesco

Divulgação. Não vale como ingresso.

Com o Grupo Tons da Lapa
Jade Perrone (bandeiro), Marcelo Matos (percussão),
Pedro Holanda (voz e violão), Roberta Nistra (voz e violão),
Marcelo Bernardes (sopro) e Samuel Oliveira (percussão)

Sexta-feira, 13 de fevereiro
a partir das 19h30min
DC Grill no Clube de Engenharia
Av. Rio Branco, 124 subsolo
Centro – Rio de Janeiro

Ingressos a R\$20 (reserve logo o seu ingresso)
Comidas e bebidas liberadas*
Informações no telefone (21) 2215-2443

*Chopp, caipirinha, coquetéis, comida japonesa,
peixes, frango, esfihas, pizzas, frutas, patês, carpaccio,
tortas, bolinho de bacalhau, risoles e muito mais.

